

**RACISMO, RACIALISMO E A EXIGÊNCIA DE CIDADANIA PASSIVA**

Racism, racialism and the demand for passive citizenship

*Horacio Luján Martínez*<sup>1</sup>

Vitória(ES), vol. 4, n. 1  
Janeiro/Junho 2015

***SOFIA***  
Versão eletrônica

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Filosofia (Graduação e Pós-graduação) da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná). Campus Curitiba.

**Resumo:** este artigo analisa o problema do racismo a partir de uma crítica filosófica da relação entre linguagem e subjetividade; e em oposição de que esta seja pensada exclusivamente em termos racionais. Entendemos a subjetividade como construção ético-política e, também, como aquilo que se relaciona diretamente com a razão desde a ação como seu limite ou excesso. Assim passaremos de apresentar o racismo respeito à população negra como prática e construção histórica que excluía e explorava o/a negro/a, para analisar e criticar a interpretação dos movimentos negros ou chamados de modo geral, de identidade negra, como racialismo ou racismo invertido. Acreditamos que, por trás da crítica aos movimentos de “militância negra”, se esconde uma exigência maior que é a de uma noção passiva de cidadania.

**Palavras chave:** racismo ; racialismo; militância negra.

**Summary:** this paper examines the question of racism from a philosophical critique of the relationship between language and subjectivity; and as opposed to what is thought exclusively in rational terms. We understand the subjectivity as ethical-political construction and also as what relates directly with the reason in front of the action as its limit or excess. So we present the racism about the black population as a practice and historical building that excluded and exploring black people, to analyze and criticize the interpretation of black movements or called in general, black identity, as racialism or reverse racism. We believe that, behind the criticisms the claims of "black militancy", hides a greater demand what is a passive notion of citizenship.

**Key words:** racism; racialism; Black militancy.

## Introdução

Em 1517 o Padre Bartolomé de las Casas teve muita compaixão pelos índios que se extenuavam nos laboriosos infernos das minas de ouro antilhanas, e propôs ao imperador Carlos V a importação de negros, para que se extenuaram nos laboriosos infernos das minas de ouro antilhanas. A esta curiosa variação de um filantropo devemos infinitos fatos: os blues de Handy, o tamanho mitológico de Abraham Lincoln, os quinhentos mil mortos na guerra de secessão, (...).

*História Universal da Infâmia.* Jorge Luis Borges<sup>2</sup>

Este texto deve ser considerado um ensaio, não no sentido de relativizar o que se afirma, senão como uma declaração consciente de que uma prática de injustiça que durou séculos e que arrasta consequências até agora, não será explicada de modo absoluto nem muito menos, “atenuado” ou resolvido” pela exposição de argumentos filosóficos. Começamos usufruindo um Curso de Michel Foucault para subsidiar as observações da

---

<sup>2</sup> Tradução nossa.

segunda metade do nosso artigo. Nesse sentido, solicitamos a paciência do leitor que deverá atravessar algo assim como o núcleo duro da nossa posição até esta tornar-se mais clara e argumentada.

Nossa epígrafe, além da sofisticada ironia de Borges, carrega uma evidência: a do poder concreto que traz qualquer reivindicação em seu próprio interior. A complicada filantropia de Bartolomé de las Casas ilustra isto. A liberdade de uns levará a escravidão de outros. Nesse sentido, esse “poder concreto da reivindicação” tem duas caras: uma opressiva e outra libertadora. O problema é que elas não são sucessivas; não passamos, como num exercício de lógica, de uma para outra. Elas convivem se misturando, comprometendo suas hegemonias parciais. Invocamos como genealogia deste caráter ambíguo, a intuição nietzschiana segundo a qual a própria verdade faz cair – como uma máscara em desuso – o caráter puro e desinteressado da verdade. O próprio amor platônico à verdade fará cair o platonismo e a teoria dos dois mundos consequente, como uma estratégia obsoleta.

Michel Foucault tomará a intuição nietzschiana do conhecimento como poder e a verdade como relação de forças e o levará para o campo do político. A *Microfísica do poder* é uma ontologia política onde se delineará o mapa dessas forças. A partir de 1975, Foucault, revisará seu trabalho e começará a pensar no caráter produtivo do poder. Isto é, o poder não só reprime, ele também – e fundamentalmente – produz. Produz verdades, produz sujeitos e formas de subjetivação.

“O poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, ele se exerce e só existe em ato”, dirá Foucault no curso do Collège de France dos anos 1975-1976 cujo título foi traduzido no Brasil como *Em defesa da sociedade*. Neste curso ele iniciará a sua argumentação invertendo a célebre frase de von Clausewitz “a guerra é a política por outros meios”. Foucault afirmará na sua deliberada inversão que “a política é a guerra por outros meios”. Segundo Foucault:

(...) se é verdade que o poder político pára a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. Seria, pois, o primeiro sentido a dar a esta inversão do aforismo de Clausewitz: a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> FOCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 23.

A leitura que reivindica os dados da história como evidencia da relação entre vencedores e vencidos parece ter a sua origem nas interpretações da história como o cenário da luta de todos contra todos. Pensa-se em Maquiavel e Hobbes como as figuras dessa denuncia. Na visão de Foucault, que aqui nos permitimos compartilhar, a partir do século XVII se aceita e entende que a guerra é a trama ininterrupta da história:“(...) a guerra que se desenrola assim sob a ordem e sob a paz, a guerra que solapa a nossa sociedade e a divide de um modo binário é, no fundo, a guerra das raças.”<sup>4</sup>

Continua Foucault: “(...) a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, por uns tempos, triunfou e dominou, mas é aquela que, permanente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça. Ou ainda: o reaparecimento, a partir de uma raça, de seu próprio passado.”<sup>5</sup>

Esta será a gênese do racismo de estado “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social.”<sup>6</sup>

Então, para resumir algo já resumido demais: a leitura da história como desenvolvimento de uma guerra interna, no seio mesmo da sociedade, fará jogar um papel importante à noção de “raça”. Esta noção não será nunca gratuita e ou objetiva. Ela carregará o cheiro da pólvora e da reivindicação, da luta que se planeja no amanhecer, na espera do momento de fraqueza do inimigo.

Assim vemos os usos que o conceito de “raça” carrega através da história. Seu uso opressivo, como a explicitação de um diagnóstico de superioridade da raça branca sobre as outras. Seu uso ambigualmente libertador na noção de minoria étnica, de cultura ancestral ou de povo originário.

“A filosofia deixa tudo como está, salvo os conceitos” afirma Alasdair McIntyre parafraseando e complementando uma afirmação de Ludwig Wittgenstein.<sup>7</sup> Perguntaremos filosoficamente pelos conceitos, mas entendendo que eles – assim como a linguagem considerada em conjunto, fazem parte de “formas de vida”. Isto é, os conceitos são usados,

---

<sup>4</sup> FOCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*, p. 70-71.

<sup>5</sup> Idem, p. 72.

<sup>6</sup> Idem, p. 73.

<sup>7</sup> Mac INTYRE, Alasdair. *Historia de la ética*. Tradução Roberto Juan Walton. Paidós:Barcelona, 1994. p. 12.

repetidos e esquecidos dentro de contextos de vida cotidiana -. Deste modo, a linguagem envolve, justifica e age como critério de ações, assim como algumas ações levam a outras construções linguísticas. Entre o mundo e a linguagem há uma relação de afetação que deve ser pensada em termos de imanência e não em termos hierárquicos de causa e efeito de um sobre o outro. Ações não são realizadas uma vez só e nunca mais, elas se repetem e é justamente na repetição que encontram sua consistência, transformando-se em critérios para futuras ações. Assim, a linguagem que se fundamenta basicamente em ações cotidianas repetidas, cria intrinsecamente as suas regras.<sup>8</sup>

Os preconceitos, entanto e enquanto pertencem à linguagem e são articulados nela e através dela precisam ser praticados para permanecer no tempo e serem reutilizados. Ninguém deriva uma certeza moral, seja bondosa ou sinistra, de uma ocorrência do momento ou de um fato efêmero ou inusitado.

Perguntar-nos pela relação entre linguagem e subjetividade no caso particular das práticas racistas, será antes que nada uma tentativa de exhibir o esquema estrutural que favorece tais práticas. As regras intrínsecas que derivam e ao mesmo tempo provocam novas práticas e justificam as mais antigas.

Neste sentido, o de evidenciar o caráter social e prático da linguagem e sua função de criar regras que possibilitam e justificam práticas, é que afirmamos o caráter histórico das práticas racistas. Nosso primeiro objetivo, ao abordar o racismo como construção histórica, e o de que, considerada como construção, esta não é realizada de um dia para outro, nem também desaparece sem vestígios. Aquilo que, apoiados na ironia de Borges, podemos chamar de “razão filantrópica” não é a descrição de um evento ocasional entendido como um ato de irracionalidade que aconteceu um dia e arrasou as nossas convicções. Também não pensamos as práticas racistas como uma fatalidade, algo ultrajante que não poderá deixar de acontecer dada a complexa e imprevisível natureza do homem. Salientar o caráter histórico das práticas racistas que conhecemos, criticamos e/ou praticamos até os dias de hoje (mesmo sem a impunidade dos tempos passados), ajuda para concluir que estas práticas de exclusão tiveram uma origem. Isto significa que elas não são naturais nem eternas e que podemos fazer algo para apressar seu fim ou – no caso delas sobreviverem – outorga-lhes uma existência obsoleta.

O nosso destaque sobre o caráter construtivo e histórico das práticas racistas, está também claramente inspirada na noção foucaultiana de genealogia. Isto é, entendemos por

---

<sup>8</sup> Esta é uma exposição resumida de uma questão que trabalhamos em extensão no nosso livro, in: MARTÍNEZ, Horacio L. *Linguagem e práxis*. Toledo, PR: Edunioeste, 2010.

construção do racismo o tecido de discursos e práticas que envolvem, legitimam e normalizam o exercício de exclusão de alguém considerado como “outro” a partir de características físicas como a cor da pele e fisionomia.

Não obstante e a pesar de que esta definição envolve claras diferenças de caráter biológico, afirmamos que estas diferenças não constituem a essência do racismo. Em todo caso elas são a evidência e o sinal de uma diferença que deve ser eliminada. A cor da pele não se esconde facilmente e por isso ela foi de algum modo escolhida e enfatizada, mas focar a origem e sustento do racismo só nela convida à reconfortante distração de salientar como fundamento do racismo, uma trivialidade que por ser tal, pode ser facilmente superada. Criticar o racismo destacando a irracionalidade de julgar uma pessoa pela sua cor de pele, é perversamente banal. Declamar, como se tivéssemos feito uma grande descoberta, que ninguém pode justificar e sustentar a exclusão de alguns numa diferença biológica e que, portanto, o racismo é absurdo, é banalizar todos aqueles que passaram e passam por tal forma de exclusão. É um modo, ingênuo e/ou cínico, mas igualmente fácil, de ganhar a batalha contra os nossos demônios. O cansado alívio que concede tal condena do preconceito demonstra que, na verdade, pensamos ter ganho uma batalha que não encaramos, o que se parece mais com uma evasão do que com um triunfo. Esta consideração superficial do racismo como reação frente à cor da pele do outro esconde o verdadeiro problema: o racismo foi uma prática de exclusão entre outras, e superar a exclusão de alguém por ser negro somente, acaba com a exclusão baseada na pele, mas não com o exercício de exclusão, sempre pronta para ser efetivada como prática organizada e burocratizada da violência sobre o “outro”.

Este alívio moral conseguido com a condena fácil e até mecânica do racismo precisa de um primeiro momento de demonização dos textos e as práticas racistas, no qual se flerta com o escândalo moral, na forma retórica da ultrajem aos “valores básicos” que todos compartilhamos, para, depois de ter visto o monstro moral nos olhos, negar essa experiência traumática e proceder ao mecanismo de esquecimento pela negação. Deste modo as personagens políticas e as pessoas públicas que foram racistas no passado, são recicladas através do olvido ou a justificação empírica bastante fraca de não poder ficar fora de sua época e das convicções de seu tempo. O que sempre ajuda para colocar o mal efetivamente e deliberadamente realizado, numa caixa preta que não deve voltar a ser aberta nunca.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> O discurso oficial, sempre politicamente correto, e que se manifesta mecanicamente contra toda forma de discriminação; tem sérios problemas quando alguma figura considerada importante na criação do estado (seja militar, político ou literato que colaborou com a sua obra e através da linguagem na criação de uma identidade

O que acabamos de dizer, e que pôde ter parecido digressivo ao leitor, na verdade é a exposição de um aspecto da nossa consideração da política como conflito. Conflito no qual se criam as identidades de pertença e de diferencia com outros grupos adversários que defendem interesses considerados opostos aos nossos. As identidades políticas se criam como posição na sociedade e para a sociedade.<sup>10</sup>

### **O discreto encanto do conceito de “minoria”**

A política, entendida como luta, se faz a partir de reivindicações. Já seja que resgatemos uma visão “antagonista” da política como queria John Stuart Mill ou uma noção “agonista” da mesma como faz Chantal Mouffè, entre outros, na atualidade, não existe política sem dissenso e ou conflito. As chamadas “minorias”, que já foram pensadas funcionalmente como alicerces éticos para impedir o predomínio dos interesses privados e a consequente corrupção do corpo político pelo próprio Mill no século XIX, hoje cumprem um papel diferente.<sup>11</sup>

O conceito de “minoria” não se refere a alguma questão demográfica quanto a seu poder político real para ser ouvido. Chamar a um grupo de “minoria” reflete a passagem da voz excluída para a voz que começa a ser ouvida. “Minoria”, então, é um falso conceito numérico que oculta um exercício de poder. “Minoria” será aquele grupo que, embora não possa tomar o poder de fato, conseguiu estabelecer um discurso que pode e precisa ser escutado já que põe em dúvida a hegemonia do momento. Assim, a pesar de “minoria” ser um conceito capcioso, é o começo do reconhecimento de uma alteridade que conseguiu se articular como uma identidade política e é, portanto, mesmo carregando crenças ou convicções que irão lhe trazer problemas, uma designação positiva. É o começo necessário

---

nacional) foi anti-abolicionista ou declaradamente a favor da escravidão. Nesse caso se murmura uma justificação de que o racismo era uma espécie de mal da época, e que muitas pessoas eram racistas porque pertenciam a seu tempo. O caso de José de Alencar ilustra esse “desconforto” a que apontamos. O problema que não pode deixar de aparecer é o de que a omissão deliberada de um fato hoje considerado moralmente grave de uma personagem pública do passado, evidencia o caráter artificial dessa construção retrospectiva. Se os defeitos de nosso prócer eram os da sociedade da época, porque também não o eram as “virtudes”? E as façanhas, acaso também reações necessárias da época e uma negociação ou um oportuno “estar no momento certo no local indicado”? Desse modo o relato épico que adora entender e explicar a história como o desenvolvimento da vontade de seres especiais, “os heróis”, se esvazia do conteúdo e do tom grandiloquente que se lhe quer dar.

<sup>10</sup> Qualquer forma de individualismo político seja de algum tipo de liberalismo extremo ou anarco-individualismo nasce como reação de preservação de si mesmo e suas convicções e de sua autonomia, entendida como essência do ser humano. É portanto, derivada e posterior ao contato e opinião sobre a sociedade que precisa habitar e conhecer para rejeitar.

<sup>11</sup> “Assim como é útil que, enquanto a humanidade for imperfeita, existam diferentes opiniões, também o é que existam diferentes experimentos de vivência; que se confirmem às variedades de caráter livres esferas de ação, exceto quando houver prejuízo a terceiros; e que o valor dos distintos modos de vida seja comprovado na prática (...)”. STUART MILL, John. *A liberdade. Utilitarismo*. Introdução de Isaiah Berlin. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 86.

para ser considerado um “igual”, sendo a igualdade jurídica e simbólica entre pessoas a única forma legítima de política, seu ponto de partida.

Consideramos o conflito um elemento constitutivo da política e não seu defeito ou sua inevitável falha. O consenso ou algo parecido com a unanimidade não são impossíveis, mas são improváveis e eles devem ser considerados uma trégua na guerra ou, antes, uma estratégia do que uma harmonia por fim alcançada.

De qualquer modo, o acordo consensual e dialógico somente é possível quando se reconhecem as partes em conflito como iguais, no sentido de poder lutar por um espaço próprio na comunidade como qualquer outro membro da mesma. Ninguém que “recebe” liberdade ou cidadania pode criar uma identidade política já que entanto recebe, exhibe e manifesta estar fora *a priori* da política, uma vez que esta é entendida como campo de conflito, e em termos de luta contra o que se considera injustiça e a injustiça é definida como o não reconhecimento do outro como igual. Ambos os elementos conceituais – política como conflito e justiça como consideração de igualdade que deve ser conquistada - nunca identificarão a política com a passividade estimulada pela afirmação retórica de serem as vítimas do racismo, reconhecidas como um problema do passado e que já foi superado sem necessidade de confronto, como expressa Demétrio Magnoli no seu livro *Uma gota de sangue*.

Não se pode passar de uma situação de submissão e exploração para uma situação de igualdade pensada e outorgada abstratamente. Não se fala de igualdade física, por isso é, no melhor dos casos, perigosamente superficial dizer que a desigualdade e a exclusão que encarnava a escravidão, se fundavam nas diferenças físicas que, hoje descobrimos cientificamente, não existem.

O negro não foi discriminado após uma contagem errada de genes. O negro foi utilizado como força econômica apta para o abuso negando-lhe *a priori* quaisquer direitos e, portanto, anulando-o como sujeito político. Este abuso econômico concretizado com eficiência através de uma organização política injusta, isto é, que precisa não reconhecer ao outro como igual, possui hábitos que foram constitutivos de modos de vida, modos que não mudarão pela fraca afirmação numérica da quantidade de genes que determinam as características raciais. Não nos encontramos, insistimos, frente a um erro matemático.

É um movimento muito suspeito este de negar a reivindicação política do negro em nome da ciência. Dessa mesma ciência que justificou o racismo no passado recente.

Mas, assim como não foi o racismo científico do século XIX a origem do racismo e de suas práticas – ele era só parte de um discurso justificativo necessário em conjunturas

específicas -, também não será a ciência a que acabará com a prática do racismo. Em todo caso acaba com a sua justificação científica, mas, quantas pessoas justificam sua vida e desenham e encaram seus projetos de vida ou sua vida sem projetos, após considerar explicações científicas? Os produtos tecnológicos fazem parte de nossa vida cotidiana, não assim as teorias e os experimentos que foram necessários para fabricá-los.

Não se trata de que a sociedade toda precisa entender que não deve ver o/a negro/a como diferente. O problema nunca foi a diferença, somos de fato diferentes, pelo menos em aparência e não é este um juízo de valor.

O problema do racismo e de qualquer forma de discriminação não é o da existência ou não existência de diferenças, é o de 1) estabelecer uma relação hierárquica entre diferenças e 2) pensar, característica esta de nossos tempos biopolíticos, que a minha existência e a do grupo com o qual me identifico e crio laços de identificação, são ameaçados por aqueles que são entendidos como biologicamente diferentes.

O verdadeiro problema é pensar que o outro é essencialmente diferente (as características físicas podem “delatar-lo” enquanto manifestação dessa diferença essencial) Estabelecida essa simetria metafísica da hierarquia racial entre corpo e alma, onde a essência perversa do outro considerado como diferente não pode ser ocultada e aparece como rasgos físicos que exteriorizam inferioridade. A prática racista e o sujeito que se identifica com ela formam parte de algo assim como uma natureza encarnada no ideal do grupo ao que pertence ou a seu país (pensar nos casos de xenofobia que explodem ante qualquer crise econômica) E, quase como uma consequência natural, se acha que a grandeza do seu país, grandeza sempre a ponto de ser realizada mas nunca efetivamente atingida, é postergada ou cancelada pela presença do outro. O outro pensado como uma essência negativa, isto é, não como algo passivo senão como algo que age, e age assim pela sua natureza. O racismo é uma construção discursiva e prática que legitima a dominação e exploração de pessoas, sustentando primeiro a noção de que o diferente é inferior e que essa inferioridade me diminui e é produto da natureza. Isto é, que não há nada que possa mudar a negatividade desse outro.

As práticas racistas não foram executadas após a aquisição de convicções racistas. Aqueles que seqüestravam negros africanos e os botavam em barcos para vendê-los, não o faziam porque eram racistas, o faziam porque era um bom negócio e, seguramente e para justificar tamanha crueldade, balbuciavam posteriormente alguma justificação racista para si mesmos e para as pessoas com as quais conviviam.

Deste modo pretendemos “desnaturalizar” historicamente o racismo. Tal vez o medo, a curiosidade e a insegurança frente aos outros seja parte de nossa natureza medos que,

seguramente, têm algo a ver com a própria preservação. Não estamos frente a um caso em que a natureza “enganou” a razão. O racismo foi uma prática política dirigida, estruturada e organizada e não um fato efêmero ou uma reação permanente de nossa natureza.

A escravidão, como a entendemos e analisamos hoje, não existiu sempre. Tornar o perdedor de uma batalha “escravo” não era naturaliza-o escravo, isto é, era escravo pelo fato contingente de ter perdido no confronto armado, por assim dizer “escravo a posteriori” e não “escravo a priori” (pela cor da pele e a fisionomia que “delatavam” a inferioridade do sujeito). Quando se naturaliza o racismo há uma “razão cínica” que ganha em várias frentes:

- 1) ninguém é moralmente responsável pelo que está predeterminado pela natureza
- 2) o preconceito entanto é uma “reação natural” não pode ser mudado rápida ou facilmente, isto é, pode-se continuar com algumas atitudes discriminatórias em privado mesmo que em público me manifeste conscientemente anti-racista
- 3) os gestos políticos aparentemente inclusivos, como votar num representante político negro, p. ex, são vividos como parte de uma épica. Uma façanha em que a moral vence a natureza e que, na prática, continua glorificando a “grandeza” de quem antes dominava pela força, mas agora se permite mudar e dialogar com aquele até pouco tempo atrás excluído.

Desnaturalizar o racismo ajudará – acreditamos – a analisá-lo e julgá-lo não somente para que as práticas racistas não se repitam impunemente em qualquer lugar do mundo – algo que é um objetivo desejável, mas que excede a função deste mero ensaio. Gostaríamos também de auxiliar no ato de começar a colocar em evidência práticas de exclusão que podem vir a ocupar seu lugar.

A noção de “raça” é erigida junto com a expropriação de terras dos nativos e junto com a “rede de seqüestro” montada na África (com a colaboração de africanos que também assim enriqueceram) para trabalharem gratuitamente essas terras. Uma vez que o processo de industrialização fez a agricultura sair do primeiro lugar da economia de muitos países e o paradigma político da territorialidade – um dos elementos do chamado “poder soberano” por Foucault – decaiu; a noção de “raça” começa a perder importância. Ou seja: o racismo não é superado por uma suposta “tomada de consciência” que leva a algo assim como uma “evolução moral”. Do que se trata é da queda de um mecanismo de poder, de tomada e acréscimo do mesmo. É a decadência de uma estratégia de poder o que torna desnecessário o racismo. Neste sentido, a militância negra representa e exerce a consciente suspeita de que aquilo que aconteceu, poderá voltar acontecer se o sistema social e político achar necessário.

## **Falácias de um filantropo: Demétrio Magnoli e os argumentos contra as cotas raciais**

### *O mito da “raça”.*

Não somos todos racistas por natureza. Entender o “racismo” como o “detritus” ou caixa de pandora da natureza humana, é parte do problema. Para isso é só constatar como as crianças numa creche brincam com seus colegas sem perceber diferença alguma de pele. É imprescindível desnaturalizar o racismo: mostrar que ele não é parte da natureza humana como um todo; ou que não impede afirmar que há pessoas que sim, são racistas.

O sentimento racial, isto é, o sentimento de pertencer a uma raça que é diferente (melhor) que as outras, é derivado da prática concreta da exploração.

O argumento de Magnoli no seu livro *Uma gota de sangue*, contra a identificação do negro como “negro” isto é, do negro como alteridade que pede ou exige reivindicações políticas são 1) de caráter de ingenuidade científica: a não existência das raças. Se a exclusão se fundou no conceito de raça, a queda da validade desse conceito implica na queda das práticas racistas.

2) de caráter de “funcionalismo social”: a sociedade chegou a um funcionamento que permite a auto-regulação ou correção de injustiças a partir da consideração de todo ser humano como cidadão. Considerá-lo cidadão lhe dá o direito de ter direitos. Se apresentar como vítima dessa sociedade impede que a injustiça social seja superada, uma vez que ele não se reconhece como cidadão. A cidadania para Magnoli, é um conceito que envolve hegemonia política pensada como igualdade formal e não como igualdade conquistada pela resistência.

A Biologia reconhece espécies monotípicas, nas quais todos os indivíduos fazem parte da mesma raça, e espécies polítípicas, nas quais é possível identificar raças distintas. A espécie humana é monotípica: daí a impossibilidade, experimentada historicamente, de se alcançar uma classificação racial consensual. A genética provou que as variações no interior das populações humanas continentais são muito mais expressivas do que as diferenças entre populações. Também revelou que as alardeadas diferenças entre as “raças” humanas não passam de características físicas superficiais, controladas por uma fração insignificante de carga genética humana. A cor da pele, a mais icônica das características “raciais”, é uma mera adaptação evolutiva a diferentes níveis de radiação ultravioleta, expressa em menos de dez dos cerca de 25 mil genes do genoma humano. Citando Demétrio Magnoli:

“*Out of Africa*” é o nome do modelo hoje predominante na Paleoantropologia para explicar a origem dos humanos anatomicamente modernos. Segundo o modelo, todos os seres humanos atuais descendem em linha direta de uma mesma população

africana, que se formou entre cem mil e duzentos mil anos atrás, já com características anatômicas modernas. Essa população de *Homo sapiens* expandiu-se rapidamente, colonizando a Ásia e a Europa e substituindo as subespécies humanas precedentes, oriundas de migrações mais antigas, que partiram de África há um milhão de anos. (...) Quando os contemporâneos de Darwin experimentavam incontáveis classificações das raças humanas, já existiam suficientes indícios científicos para pelo menos se colocar em dúvida a validade daquele empreendimento. Apesar disso, a idéia de que os seres humanos se dividiam em raças tinha uma hegemonia incontestável. Essa vontade de instaurar uma ordem natural na humanidade exige uma explicação externa às ciências da natureza.<sup>12</sup>

Nos Estados Unidos em 1865, após a guerra de secessão os negros foram liberados, mas impedidos de votar. O exército do norte tinha prometido sete (7) alqueires de terra a cada negro liberto que lutasse na guerra. No ano seguinte do final da guerra, a ordem foi derogada e as terras devolvidas para o dono do sul. A situação mudou para algo assim como um “aluguel” (fictício) das terras. Isto é, uma família negra trabalhava para um patrão branco durante 1 ano. Nesse período a família receberia conservas, comidas, um arado, uma mula, sementes e ferramentas. No final se dividia pela metade o ganho (50% e 50%) e da metade da família negra se deduziam os gastos que tinham feito. É claro que o proprietário branco era quem levava as contas, do que resultava que a família negra sempre estava endividada e a dívida só fazia aumentar.

Ou seja, em EU se passou da escravidão para o segregacionismo (as leis segregacionistas foram abolidas muito recentemente. A lei que impedia a “miscigenação” foi abolida em 1967). Havia uma série de normas segregacionistas (sob a frase sarcástica “separados mas iguais”) cuja não observância era considerada “crime”. Restaurantes e bebedouros separados, quartos de hotel diferenciados. Negros não podiam olhar na cara aos brancos, um olhar de um negro para uma mulher branca, olhar que fosse considerado incorreto, poderia levar ao linchamento do indivíduo. Entre 1882 e 1927, 3500 afro-americanos foram linchados nos Estados Unidos. Há uma música de Billie Holyday (“Strange fruit”) “Fruto estranho” que se refere precisamente aos negros cujos cadáveres penduravam nas árvores.

Os exemplos poderiam continuar. Frente a este panorama estes são os critérios que segundo Magnoli, desacreditariam ou tornariam desnecessárias todo tipo de justiça reparativa:

- 1) Critério de numeração cumulativa: 25.000 dos quais 10 só são para as raças. Ninguém explica porque 10 seria um número baixo. O corpo não faz juízos de valor, queremos

---

<sup>12</sup> MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue*. Editora Contexto: São Paulo, 2009. p. 22.

dizer, não “escolhe” somente 10 porque a raça não é importante. O corpo **somente precisa** 10. Para fazer uma comparação: uma empresa que utilizasse 10 computadores para fazer o que outra faz com um só, não somente não poderia se orgulhar disso quanto teria um sério problema de eficiência para resolver. Nosso corpo não tem dois braços porque segurar coisas ou tocar o piano não fosse tão importante como para ter quatro.

- 2) O binômio para discutir não é monotípico e politípico. Não é uma questão de quantidade. Do que se trata não é de que não existem raças e por isso não se pode ser racista. O problema não é a existência ou inexistência das diferenças, o problema foi sempre o da hierarquização das diferenças.

Quem não vê isso fica feliz quando as diferenças forem superadas, mas nunca foi essa a questão. Não é impossível imaginar que ainda sendo todos os seres humanos iguais, estabelecamos diferenças e hierarquias com aqueles que não aceitam isso.

- 3) Se deslegitima um grupo político não desde outra posição política (não se trata de uma subjetividade que vem a ser substituída por outra), senão desde a ciência e o discurso biológico. Curioso que Demetrio Magnoli, tão consciente do racismo científico de século XIX, acabe fazendo exatamente o mesmo. Ele não diz que os negros são inferiores, mas que os militantes negros “não percebem” algo que não pode deixar de ser percebido. Talvez estejamos sendo muito suspicazes, mas, não lembra demasiadamente ao gesto Rudyard Kipling do homem branco que carrega o fardo de cuidar paternalmente ao negro? Será que os líderes da militância negra são assim tão ingênuos?

Podemos nos questionar sobre este esquisito caso de fenomenologia discursiva: todo leva para o lado da tolerância da diferença (o caso da comunidade LGBT é paradigmático) porque os negros deveriam renunciar á diferença e não fazer dela uma bandeira de luta? Porque a identidade LGBT pode ser reivindicada e de fato o é, e a identidade negra não? Porque não toleraríamos o negro que atua desde a reivindicação política? Estamos falando de reivindicações históricas que revestem caráter político; mesmo que consideremos tal reivindicação errada: que é o que torna tão inaceitável este erro?

Magnoli pede aos militantes negros, aquilo que não é pedido a nenhum outro grupo (LGBT, feministas, vegetarianos, etc.), isto é, que renunciem a construir uma identidade a partir da diferença. Como bem falou alguém: não importa se a ciência demonstrou que a raça

não existe, também pode demonstrar que Deus não existe (ou não pode demonstrar a sua existência) porém, as pessoas acreditam em Deus.

É como se alguém dissesse que Obama não podia ser presidente, porque “primeiro temos que ver o problema da injustiça com a mulher”. O que queremos dizer é que não se pode relegar uma reivindicação efetiva no nome de outra reivindicação, mesmo sendo maior. Quem assim o faz, acaba realizando o muito suspeito trabalho de abortar qualquer luta reivindicatória.

Quando falamos de uma fenomenologia política dos discursos não nos referimos somente ao que os torna possíveis, a sua aparição, mas, também a sua recepção: as afirmações de Magnoli raramente serão apoiadas por aqueles preocupados com as novas identidades. São apoiadas em princípio por aqueles que não querem ouvir falar de reivindicações e que, no melhor dos casos, estão dispostos a ser indiferentes ao problema do racismo e até a superação de suas práticas, mas nunca dispostos a serem compreensivos.

Magnoli tem razão, e muita, em chamar a atenção para algo novo: o racismo como exclusão é obsoleto. O que não significa que o racismo acabou, significa que as formas contemporâneas de poder não precisam de segregação. Os membros da comunidade LGBT, os grupos étnicos, etc. não são pensados como algo a serem excluídos, mas como algo a ser domesticado, no sentido de admitir a diferença sempre que não seja muito diferente, isto é, sempre que admita o uso da razão política e espere seu momento (o momento da grande identificação com o seu opressor histórico)

Como dizia Oscar Wilde: as pessoas só são imparciais sobre coisas que não lhe importam.

Apoiar a ilusão de que vivemos uma época e numa sociedade “pós-racista” não favorece o sentimento comunitário, dissolve e nega as diferenças e seu direito às reivindicações. Não se pode pensar que as práticas de violência do passado nunca mais serão repetidas e pensar que agora “estão superadas”.

Para finalizar, afirmamos: o problema do racismo não se resolve com a implementação de cotas, mas, muito menos, com a militância contra ela. Precisam-se discussões e compromissos não somente sinceros, mas também inteligentes e, com certeza, menos parciais.

## **Referências**

FOCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HEATER, Derek. *Ciudadanía. Una breve história*. Tradução Jorge Braga Ribeira. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

Mac INTYRE, Alasdair. *Historia de la ética*. Tradução Roberto Juan Walton. Paidós:Barcelona, 1994.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue*. Editora Contexto: São Paulo, 2009.

MARINHO DE AZEVEDO, Celia Maria. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. Annablume: São Paulo, 2007.

MARTÍNEZ, Horacio L. *Linguagem e práxis*. Toledo, PR: Edunioeste, 2010.

MOUFFE, Chantal. *Agonística. Pensar el mundo políticamente*. Tradução Soledad Laclau. Buenos Aires: Paidós, 2014.

STUART MILL, John. *A liberdade. Utilitarismo*. Introdução de Isaiah Berlin. São Paulo: Martins Fontes, 2000.